



ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CEAS ANO DOIS MIL E VINTE E DOIS

Aos vinte e três dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e dois, às nove horas e trinta minutos, foi iniciada em segunda convocação a primeira reunião extraordinária do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS/PA do ano de dois mil e vinte dois, de forma híbrida sob a coordenação do conselheiro e Presidente do CEAS/PA Claudionor da Silva Araújo (presencial), estiveram presentes os conselheiros: Valdo Divino da Silva Filho (presencial), suplente da SEASTER, Ivete de Fatima Ferreira Brabo (virtual), suplente da SEDUC, representando os órgãos do Governo Estadual e Claudionor da Silva Araújo (presencial), titular da ADEFIS, João Lopes Junior (presencial), titular do SINDFEPA, Agostinho Soares Belo (presencial), suplente do SINDFEPA; Rosilene do Socorro dos Santos Garcia (virtual), Titular do SINASPA; Zozimo Raimundo Araujo de Sousa (presencial) suplente do SINASPA; Antônia Trindade Valente dos Santos (presencial), titular do SENPA; Margarida Sousa de Oliveira (presencial), suplente do CESM; Jordeci Chaves Santa Brígida (presencial) titular da APPD representantes das entidades da sociedade civil, participaram também Ana do Socorro Mendes (presencial), Denise Ramalho (presencial) e Antônia Maciety. O Presidente deu boas vindas a todos (as) os conselheiros (as). Inicialmente passa a verificar a existência de quórum, constata que há quórum para deliberação e passa a dar início a primeira reunião extraordinária do CEAS do ano de dois mil e vinte e dois. O Presidente solicita ao conselheiro João que faça a leitura da pauta da reunião e informa que após a leitura e aprovação da pauta será imediatamente feita a leitura e ou apresentação dos informes. O conselheiro João apresenta o único ponto de pauta: Informes; Plano Estadual de Acompanhamento do CEAS; Aprovação do Demonstrativo Sintético de dois mil e vinte. O que ocorrer. Após apresentação da pauta a qual foi aprovada por todos sem acréscimos ou supressões por tratar se de reunião extraordinária, o conselheiro João passa a fazer o seguinte informe: Informa que o processo de gratificação dos servidores da SEASTER já está sendo enviado para a Procuradoria Geral do Estado, o Conselheiro Valdo informa ao conselho da reunião com o Presidente do COEGEMAS que será sexta feira às nove horas online. A conselheira Antônia Trindade ao dar bom dia a todos informa que foi aprovado o Relatório Financeiro do Piso Salarial Nacional dos enfermeiros, sendo aprovado na noite do dia vinte e dois de fevereiro de dois mil e vinte e dois. Informa que mais de setecentos profissionais de saúde morreram na pandemia e por isso conclama apoio ao projeto de lei na Câmara federal, pois todos os deputados indistintamente sempre deram as costas para a categoria. João informa do curso de capacitação no dia de hoje e que já está na terceira aula junto a Universidade Federal do Pará, o Presidente retoma a condução da reunião e solicita à técnica Sra. Maria do Perpetuo Socorro Leão Cunha Lopes, Gerente de Prestação de Contas da SEASTER e Fátima Marques, Coordenadora da Vigilância Socioassistencial da SEASTER que fizeram a



apresentação do Demonstrativo Analítico Sintético de dois mil e vinte, iniciando pela Execução Orçamentária e Financeira do FEAS/SEASTER. A Técnica Socorro Lopes no uso da palavra apresentou a prestação de contas do exercício de dois mil e vinte, assim como, a reprogramação dos saldos a reprogramar para dois mil e vinte e um. Foram justificadas a não utilização dos recursos considerando o momento pandêmico assim como, as utilizações devidas. Informou a utilização dos recursos por cada programas que a secretaria executa na área da Assistência Social, sendo respondidos todos os questionamentos feitos. Antônia Trindade questiona todas as reprogramações de saldo feitas pela SEASTER, afirmando que na pandemia e quanto mais se precisou de recursos e estes não foram utilizados e que outros órgãos conseguiram desenvolver suas ações. O conselheiro Valdo sugere como metodologia, a apresentação e posterior debate, que o conselho garanta toda a apresentação e que somente após sejam feitos os destaques e os questionamentos. Foram apresentadas as emendas parlamentares que adentraram no orçamento da SEASTER, os programas novos e o Demonstrativo Sintético da Prestação de Contas, após a apresentação e os debates, o presidente pede ao conselheiro Zózimo que leia o parecer da comissão de financiamento do CEAS com a **conclusão de que** após análise dos documentos e discussão a comissão sugere a aprovação do **DEMONSTRATIVO SINTÉTICO ANUAL DE EXECUÇÃO FÍSICO – FINANCEIRA** de dois mil e vinte. Neste momento, a conselheira Antônia Trindade pede a palavra para questionar a não utilização dos recursos e se posiciona contrária à aprovação da prestação de contas. O conselheiro Valdo pede a palavra para esclarecer acerca da não execução do orçamento, esclarecendo que os recursos eram utilizados com deslocamento e que setenta por cento da força de trabalho ficou online, o que inviabilizou a execução orçamentária. Os técnicos atenderam os municípios de modo remoto e que quase cinquenta por cento do corpo técnico estava enquadrado no decreto de risco. A secretaria não deixou de executar suas atividades e todas as ações aconteceram de modo remoto devido a pandemia e que foi usado recursos do tesouro do Estado. Antônia Trindade apesar da explicação afirma que não da pra entender, questiona o recurso do IGD SUAS para o conselho, questiona a realidade dos abrigos e se não poderia ser utilizado o recurso para melhorá-los. Informa que não irá votar no parecer mas que ressalta a necessidade de uma melhor execução orçamentária. O conselheiro Valdo informa que não pode haver deslocamento de fonte orçamentária e financeira de um lugar para outro, os recursos são fixados com destinação específica, e que para outras ações foram usados os recursos do tesouro do estado. Todos os municípios foram cofinanciados, e este é o papel do Estado. Após os esclarecimentos, o conselheiro Zózimo passa a fazer a leitura do parecer da comissão de financiamento. A conselheira Antônia Trindade pede a palavra e afirma aprovar o parecer, mas sugere correções para dois mil e vinte um na metodologia de apresentação, para que ela possa se posicionar melhor. O Presidente coloca o parecer em votação, o qual é aprovado por unanimidade. Após o presidente solicitou ao conselheiro Zozimo fazer a leitura do parecer da prestação de contas do primeiro quadrimestre de dois mil e vinte que teve como conclusão de que após análise



Conselho Estadual de Assistência Social do Pará

dos documentos e discussão a comissão sugere a aprovação da prestação de contas do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS, referente ao primeiro quadrimestre de dois mil e vinte, CONDICIONADA à retificação dos pontos apresentados na Nota Técnica. O Presidente submeteu à aprovação do pleno do CEAS. O Presidente faz considerações acerca da nota técnica apresentada e pede correções, o que não impede a aprovação da prestação de contas, condicionando as correções sugeridas pelo CEAS. A conselheira Antônia Trindade questiona o custo com as despesas da ação de apoio ao controle social, já que as reuniões foram online. O Conselheiro Valdo esclarece que apesar das reuniões terem acontecido de modo online por conta do decreto governamental que limitava atividades presenciais, as passagens foram pagas e a secretaria ficou com o crédito na empresa para posteriormente ser usado. O Presidente passou a colocar em votação e o parecer foi aprovado por unanimidade. A conselheira Antonia Trindade se manifesta mais uma vez no sentido que constar na ata que a sua entidade não aprovaria a prestação de contas. O conselheiro João informa que foi escrito um parecer e que a comissão tem responsabilidade sobre tudo o que foi aprovado, informa que o que está em debate é a aprovação de utilização dos repasses federais. Sobre os recursos utilizados do tesouro do estado há de se fazer correções. O conselheiro Gleidson vota com a comissão e pede que a documentação seja enviada a todos os conselheiros e não apenas para a comissão. A conselheira Anna Chama reitera a fala do conselheiro Gleidson. O conselheiro Jordecini informa que veio à reunião com a intenção de se abster, mas aprova o parecer e pede que a documentação seja socializada com todos. O conselheiro Valdo faz registro da falha da SEASTER no envio do primeiro quadrimestre, mas informa que o segundo e o terceiro quadrimestre já foram enviados ao CEAS e que a secretaria executiva pode enviar a todos os conselheiros e declara o voto com o parecer da comissão. Os demais conselheiros votam com o parecer da comissão. Onze conselheiros aprovaram por unanimidade o parecer e apenas a Conselheira Antonia não aprovou. O presidente passa a palavra ao conselheiro Zózimo que apresenta o plano Estadual de acompanhamento dos conselhos. O conselheiro Valdo se manifestou sugerindo alteração no plano, para que fosse diminuído o número de participantes na oficina e desta forma aumentar o número de municípios a serem atendidos. Sugeriu que houvesse uma nova reunião da comissão para dirimir esta questão, o que foi aprovado por todos os presentes. O Presidente agradece a presença de todos e não mais havendo nada a deliberar encerrou a primeira reunião extraordinária do CEAS PA. Eu Terezinha Cordeiro, técnica da secretaria Executiva do CEAS, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada por mim e por todos os presentes.